

**RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA E A CONSTRUÇÃO DO
ELEMENTO IDENTITÁRIO AMAZÔNICO EM *SIMÁ: ROMANCE
HISTÓRICO DO ALTO AMAZONAS.***

Hyago Ribeiro Martins¹
Arcângelo da Silva Ferreira²

RESUMO: o presente artigo aborda a relação entre História e Literatura, elucidando a forma como a Literatura pode ser usada como fonte de pesquisa para a produção do saber histórico. No primeiro momento relata-se sobre como o tema de interesse desta pesquisa foi escolhido. Em seguida, sobre a relação dialógica entre História e Literatura. Posteriormente aparece uma breve abordagem sobre a perspectiva da História Cultural e o método indiciário. Como corpus de análise, utiliza-se a obra de Lourenço Amazonas, *Simá: Romance do Alto Amazonas*, na perspectiva de compreender seu conteúdo histórico pertinente a construção da identidade amazônica como elemento da identidade nacional, utilizando como paralelo o ensaio elaborado pelo filósofo Janine Ribeiro, “Iracema ou a fundação do Brasil”, no qual, o referido autor também analisa o significado do romance *Iracema*, romance indianista de José de Alencar, como representação da identidade nacional. Apesar dos romances elegerem a problemática da identidade nacional, em *Simá* inscreve-se um sentido peculiar, se comparado ao romance *Iracema*. Este propõe a síntese através da relação entre a indígena e o europeu. Aquele, sugere a composição de uma identidade fragmentada, ambígua, fluida provocada pelo choque, violência do estupro que gerou Simá, a personagem do livro homônimo.

PALAVRAS-CHAVE: História & Literatura, Identidade Nacional, Amazônia.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a relações entre História e literatura. Nesse sentido, visa tornar acessível o uso da literatura enquanto fonte de pesquisa para a produção do saber histórico. Para tanto, elege a obra de Lourenço Amazonas, *Simá: Romance do Alto Amazonas*, como principal corpus de análise, na perspectiva de problematizar, por um lado, a construção do elemento identitário amazônico, através das representações inseridas no referido romance, por outro, ponderar sobre o conteúdo histórico, relativo à História da Amazônia.

Para recursos metodológicos dividiu-se este artigo em duas seções: na primeira, aborda-se sobre as abordagens o campo da História e sobre o método adotados nesta

¹ Acadêmico do 8º período do curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado do Amazonas do Amazonas- UEA. Centro de Estudos Superiores de Parintins-CESP. E-mail: hrm.his20@uea.eua.edu.br

²² Dr. em História Social na Amazônia (PPHIST/UFPA). Professor de História no Centro de Estudos Superiores de Parintins da Universidade do Estado do Amazonas (CESP/UEA). adferreira@uea.com.br.

pesquisa, isto é, a História Cultural e o Método Indiciário, tendo como parâmetro os trabalhos do historiador Carlo Ginzburg (1989) e (2006); na segunda seção, traço um breve panorama, porém essencial para a proposta deste artigo: a relação dialógica entre História e Literatura. Paralelo a isto, ocorre a tessitura da reflexão sobre a construção da identidade nacional desde os romances *Simá* e *Iracema*. Para tanto, também utilizamos a Historiografia como fonte, assim como lançou-se mão de uma determinada referência bibliográfica, relativamente especializada na temática em questão.

Para alguns a literatura é algo que visa puramente o entretenimento, para outros, algo que humaniza o homem. Por impossibilidade física, temporal e material o ser humano não viverá a multiplicidade de circunstâncias, experiências e relações possíveis de serem vividas. Entretanto, a literatura condensa toda a multiplicidade de experiências, lugares, personalidades, processos históricos e sentimentos humanos que podem ser acessados através da leitura.

Sendo a História uma ciência humana que investiga muito mais do que processos, mas a vida humana em si mesma, faz-se fundamental dentro do estudo historiográfico colocar-se no lugar dos personagens de um determinado processo, tanto para evitar anacronismos, quanto para poder sintetizar e compreender adequadamente determinado processo. Sentir-se como um nativo em 1500, um Jesuíta escandalizado com o ritual antropofágico, um escravizado em uma lavoura de café, o preconceito e os dilemas sociais de um negro em um país escravocrata ou até mesmo a euforia do 13 de maio de 1888 se tornam possíveis através da literatura. Cada ramificação da vida humana é fundamental para o cumprimento daquilo que é o ofício do historiador, que seria reconstituir em alguma medida o passado. Tal passado que amplia a nossa memória, que nos dá sentido, que nos posiciona no mundo e nos faz herdeiros de um legado histórico.

Neste sentido, a literatura se mostra uma ferramenta fundamental, senão imprescindível para o estudo e o ensino da História. E, essa percepção surgiu no ano de 2020, quando o mundo vivia a pandemia do COVID-19. Neste período, comecei a leitura de mais de cento e cinquenta contos de Machado de Assis. Em encontros diários pelo Instagram, dezenas de pessoas, de todas as regiões do Brasil, se colocaram a ler essa literatura, a discutir e analisar o autor e seu contos. Neste processo, Machado me humanizou, conversou com a minha alma e se tornou o meu melhor amigo. Além disso, me mostrou seu lado historiador, com várias marcações históricas, constatações sociais e

descrições de momentos marcantes da história brasileira. Desde modo, conclui que não existe formação histórica sem formação literária.

No ano de 2021, como fruto desses encontros machadianos, criou-se um grupo de estudos chamado “Morro do Livramento”, em referência ao local onde Machado nascera. Neste espaço, História, música, literatura e cinema se entrelaçavam e, o refino da ideia de que a aquisição de cultura literária, cinematográfica e musical se faz fundamental para formação de um estudante de História.

Deste modo, o desejo de trabalhar a relação entre História e literatura nascera. E, com este desejo, a busca pelo objeto a ser trabalhado. Enfim, cheguei a *Simá*, um romance histórico amazônico de Lourenço da Silva Araújo Amazonas, abra fracamente indianista que se insere no contexto romântico brasileiro da busca e constituição da indenidade nacional e, que traz o entrechoque civilizacional da colonização portuguesa, em específico, na Amazônia. *Simá*, portanto, fruto de um estupro consumado pelo regatão português Régis em Delphina, filha de um proprietário indígena, dono de um estabelecimento nos barrancos do Solimões, próximo a Coari, é a síntese do drama amazônico e do elemento indígena que constitui a identidade brasileira³.

Simá, enquanto obra possibilita reflexões mais profundas e abrangentes a partir de perspectivas que se ramificam para discussões de outros elementos históricos que compõe seu enredo como o lugar dos indígenas na história da Amazônia; as formas de representação da figura feminina na literatura, neste caso, um intertexto entre Alencar e Amazonas; e o sentido da História, ainda neste intertexto, em *Iracema* e *Simá*. O presente artigo e as possibilidades que *Simá* abarca, se inserem em uma corrente reflexiva⁴ que visa trabalhar e tornar acessível os elementos históricos presentes na obra de Lourenço Amazonas.

³Simá – Romance Histórico do Alto Amazonas. / Lourenço da Silva Araújo Amazonas. Organização: Tenório Telles. 3ª edição – Manaus: Editora Valer, 2011

⁴Vide os trabalhos de: Munaro, L. F. (2020). A Amazônia e a fundação do Brasil na obra Simá (1857) de Lourenço da Silva Amazonas. *Intellectus*, 19(2), 219–246. <https://doi.org/10.12957/intellectus.2020.47785>; LIMA, N. R. Protagonismo feminino e violência em *Simá* – Romance Histórico do Alto Amazonas –, de Lourenço Araújo Amazonas. Dissertação de pós-graduação em Letras – Universidade Federal do Amazonas – UEA, Manaus, 2019; e REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA DO INDÍGENA NO ROMANTISMO BRASILEIRO: O CASO SIMÁ, DE LOURENÇO AMAZONAS. Artigo - Universidade de Brasília - UnB, Programa de Pós-Graduação em Literatura, Brasília, Distrito Federal, Brasil; Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF). Realiza estágio de *Post-Doctorat* (2019-2020) na *Université de Rennes 2/ERIMIT*. <https://orcid.org/0000-0003-1010-1238> ; danglei1974@gmail.com

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 HISTÓRIA CULTURAL E O MÉTODO INDICIÁRIO

Simá será analisada sob a perspectiva da História Cultural que estuda a multiplicidade de manifestações culturais de uma determinada sociedade ao longo do tempo, englobando suas tradições, seus costumes, suas formas de expressão artística, religiosa e política. Isto, para entender, a partir destes aspectos culturais, o desenvolvimento e evolução de uma determinada sociedade, posto que estes fatores influem determinadamente na maneira como seus indivíduos se relacionam entre si e com o mundo que os rodeia.

O historiador italiano Carlo Ginzburg, um dos precursores da História Cultural e autor fundamental para a produção deste artigo, cujos trabalhos se desenvolvem a partir de estudos minuciosos de documentos e obras de arte a fim de revelar a cultura e a mentalidade das sociedades passadas, mostra em seu livro *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, publicado no Brasil pela Companhia das letras em 2006, as crenças, a mentalidade e a experiências do povo italiano no século XVI, ao analisar os escritos de um moleiro chamado “Menocchio”, este que fora julgado pela Inquisição por suas crenças consideradas heréticas. Ginzburg é também um dos precursores do método da "micro-história". Este que elucida eventos e indivíduos aparentemente insignificantes para oferecer insights sobre a cultura e sociedade de determinada época. Em *O queijo e os vermes*, por exemplo, o referido historiador italiano, usa os escritos de Menocchio para revelar a mentalidade popular da Renascença, justamente a partir destes enfoques microscópicos. Assim, mostra como as experiências individuais, por exemplo, podem elucidar questões mais abrangentes, o que contribui para uma compreensão mais profunda da História cultural.

Especificamente, usar-se-á o método indiciário, que como mostra Ginzburg (1989), em *Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e História*, é uma abordagem de pesquisa que se baseia na análise de documentos e registros em busca de indicadores ou pistas que possam revelar informações sobre determinado contexto histórico, social ou cultural a fim de compreender aspectos da vida cotidiana, mentalidades e práticas culturais de diferentes períodos históricos. O método envolve a identificação e interpretação de vestígios deixados por indivíduos ou comunidades em seu contexto social, tais como relatos, crenças, práticas religiosas, objetos do cotidiano, entre outros.

Isto, pressupõe a existência de uma relação de sentido entre os sinais (indicadores) e a realidade que eles representam, permitindo-nos acessar a realidade de forma indireta, tornando possível, a partir de uma interpretação cuidadosa das pistas e sinais, a reconstrução de contextos e significados que de outra forma seriam obscurecidos ou esquecidos, tendo deste modo os indícios como elo entre o conhecido e o desconhecido, entre o visível e o invisível.

Porém, o método indiciário não se reduz a uma simples análise de vestígios materiais. Os indícios também podem se manifestar de diversas formas, incluindo relatos orais, símbolos, gestos, comportamentos, textos e diferentes manifestações da realidade. Neste caso, analisar-se-á Simá, romance histórico, para depreender a forma como no decorrer do processo de colonização da Amazônia, a identidade amazônica como elemento constituinte da identidade nacional é sintetizada.

Para este fim, utilizamos como paralelo o trabalho de Janine Ribeiro (2000), que ao analisar a obra *Iracema*, de José de Alencar, visa ressaltar que o sacrifício da indígena Iracema e o luto por ela legitimam a ocupação da terra pelo invasor e funda no amor da personagem a invasão e a conquista da América, o que transfigura o eixo temático do romance alencariano para a perspectiva de que

o que Martim Soares Moreno efetua é, possuindo, desvirginando, engravidando e em última análise levando à morte a moça, possui, desvirginar, engravidar e conquistar sua outra identidade, o continente da América.(RIBEIRO, 2000, p.45)

2. RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA

2.1 A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA NO FAZER HISTÓRICO E A SUA UTILIZAÇÃO COMO FONTE HISTÓRICA

Geralmente no início dos cursos de História, é ensinado aos estudantes o que seria a História enquanto ofício e disciplina. Foi assim no primeiro período do curso de História na disciplina “Introdução aos Estudos Históricos”, do Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). A definição mais comum seria a dada por Marc Bloch (2002) em “Apologia da História” que determina que a História é a ciência que estuda a ação do homem no tempo. Disso, depreendemos

que o historiador tem como ofício analisar e reconstituir o passado a partir de processos que se constituem de ações humanas e que para isso, serão necessários elementos que materializem essas ações no tempo, no caso, as fontes históricas.

No que diz respeito a História do Brasil, sendo esta um complexo e vasto panorama que articula personagens, eventos e transformações históricas que impactam a sociedade cultural e politicamente, faz-se necessário para o profundo conhecimento desse passado e suas especificidades, o uso de uma multiplicidade de fontes de informação, e a literatura se apresenta na história brasileira como uma formidável ferramenta nesse processo.

Muitas vezes, os registros históricos mais tradicionais reduzem-se a fatos e datas, já a literatura pode oferecer ao historiador um leque vastíssimo de experiências humanas, possibilidades imaginadas e descritas pelo escritor de uma determinada época. Deste modo, ela nos insere em visões alternativas e que podem servir de contraponto à narrativa dominante, elucidando micro características que poderiam passar despercebidas em outros tipos de fontes históricas. Ela desperta a empatia e a conexão emocional com os personagens e suas trajetórias, permitindo que o leitor possa se colocar no lugar deles e compreender melhor as motivações, os desafios e as contradições de cada época. Dessa forma, ela enriquece a nossa compreensão da História, tornando-a mais humana e próxima de nós.

No processo de catalogação de fontes, o historiador pode se deparar com alguns problemas pertinentes ao levantamento de informações, pois, dependendo do recorte, os documentos históricos podem ser escassos ou podem ter sido perdidos ao longo do tempo, mas a literatura pode preencher essas lacunas a partir das narrativas ficcionais, reconstituindo e criando um arcabouço imaginário dos contextos históricos, agindo como uma ferramenta que permite ao historiador preservar a memória de eventos importantes bem como transmiti-las as próximas gerações. No contato com a literatura, pode-se, ainda, desenvolver a compreensão, a valorização e acessar a complexidade dos nossos processos históricos.

A partir do fazer historiográfico pode-se desvelar a complexa rede de processos que fazem parte da construção identitária de um povo, transformando o historiador em uma espécie de guardião da memória que a preserva e a reinterpreta. Sendo a História, construída a partir da relação entre os fatores humanos e o temporal, o fazer

historiográfico exige diligências que tornam a escrita da História um método científico, por meio do qual os homens podem acessar os documentos históricos como uma forma de construção do passado.

Nesse sentido, a utilização da literatura como fonte faz parte da evolução e sofisticação do método científico historiográfico que, segundo Antônio Celso (2000) começa com a ampliação do repertório das fontes históricas e a metamorfose do próprio conceito de fonte no movimento de renovação da historiografia no século XX, ocorrido na França com os historiadores ligados à revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch. Estes historiadores, contraponham-se à historiografia político-factual da Escola Metódica e defendiam uma História-problema, orientada para a compreensão da complexidade e da totalidade das experiências humanas com ênfase nos processos sociais e econômicos, e posteriormente nos aspectos mentais das civilizações, processo que lhes obrigou a conversar com outras disciplinas como a Geografia, a Sociologia, a Economia e a Psicologia, gerando, deste modo, a necessidade da utilização de novas fontes de pesquisa, modificando a noção de fonte para fora da acepção de documentos verdadeiros de uma historiografia que se preocupava essencialmente com o encadeamento cronológico dos acontecimentos políticos nacionais. Entretanto, foi com Lucien Febvre que o texto literário começou a ganhar espaço, sobretudo, a partir de seu estudo na obra *Rebelais* publicada em 1942, onde, segundo Antônio Celso (2009), demonstra enorme sensibilidade a este tipo de fonte.

A partir de 1970, historiadores franceses alargam o leque de problemas, objetos e abordagens da disciplina no chamado manifesto da Nova História - *Faire de l'histoire* -, organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, a partir do qual a História enquanto disciplina passa a abranger objetos como o inconsciente, o cotidiano, a língua, a literatura, o mito, a infância, a juventude, a festa, os meios de comunicação, entre outros. É com a Nova História que o documento, em todas as suas formas, deixa de ser compreendido como expressão da verdade e transparência, e passa a ser analisado como um monumento de sentido próprio, ao qual não se pode recorrer sem os cuidados de restituí-lo ao seu contexto, apreender o propósito consciente ou inconsciente mediante o qual foi produzido diante de outros textos, localizar seus modos de transmissão e suas sucessivas interpretações.

Antônio Celso (2009) afirma que para se interpretar um texto literário é de fundamental importância compreender as particularidades dessa forma de expressão escrita a partir de um exercício reflexivo acerca do conceito de literatura, esta que desde o século XX passa a englobar muito mais do que textos poéticos, expandindo-se para diversas expressões escritas incluindo as científicas e filosóficas.

Para pensar o tema, o autor apresenta o conceito aristotélico de “*mimese*”, que trata a “obra literária como representação (ou imitação) do mundo”. Já no século XIX, os românticos somam a este conceito a noção de que “o artista, além de representar, também cria universos ainda não vistos, utópicos e imaginários”. Na segunda metade do século XX, o conceito de “literariedade” é implementado para caracterizar distintivamente a criação literária, tal conceito determina que

a literatura se distingue de outras expressões escritas pela utilização de signos verbais polivalentes, isto é, por metáforas que representam a realidade, à semelhança de todo signo, mas representam deformadamente. (CELSO, 2009, p.66).

A partir deste conceito, entende-se que a literatura não documenta a realidade e se diferencia dos discursos científicos, políticos e filosóficos, tornando-se sinônimo de ficção ou fingimento, com o objetivo de entreter o leitor.

Entretanto, a literatura é mais do que isso, dado que a produção literária se materializa dentro de uma determinada sociedade, com condições específicas de espaço, cultura e relações sociais, as quais influem na construção simbólica do universo criado por determinado escritor. Desde modo, Celso Ferreira afirma que “não é possível encontrar uma definição canônica de literatura, válida para qualquer tempo e circunstância” (FERREIRA, 2009, p.68)., e que “a literatura e as artes sempre constituíram formas de expressão próprias, associadas ao belo, ao trágico, ao sublime e ao sagrado, ou ao profano, ao transgressivo e ao utópico” (Idem).

Antônio Celso Ferreira (2009), também traz outra questão importante para o historiador no trato das fontes literárias, a de que ele deve se atentar para a diversidade das formas (gêneros) literárias no tempo e às circunstâncias em que se constituíram, perpetuaram ou mudaram suas convenções. Neste sentido, o referido historiador pontua que “Platão identificou três modelos de *mimese*: a tragédia e a comédia (teatro), a poesia lírica e a poesia épica” (CELSO, 2009, p.72), já Aristóteles dedicou em especial interesse à epopeia, à tragédia e à comédia.

Na Idade Média essas classificações criadas pelos gregos são mantidas, e vão até o século XVIII com o surgimento do romance, gênero caracterizado por sua constante mudança e aversão a tais convenções clássicas. As formas literárias sofrem tremendo impacto a partir do surgimento do romantismo e posteriormente do modernismo dentro do contexto das modernas tecnologias e da consequente cultura de massas, que modificam profundamente a concepção de gênero literário denotando que estes não possuem conotação fixa, que não são puros e que conversam com outras linguagens da vida social. A partir dessas transformações é que nos dias de hoje, a noção acerca dos gêneros literários predominante se torna a de que eles estão intimamente relacionados às condições sociais e históricas na qual são produzidos, as quais determinam a formação do público leitor, com seus gostos e sensibilidades, e que por isso, o historiador não se deve contentar com as classificações teóricas tradicionais, que tendem a subtrair a historicidade das manifestações artísticas. Deste modo, o historiador não deve se deixar seduzir pelas classificações clássicas, mas deve, antes de tentar enquadrar uma obra em um determinado gênero, investigar a que público a obra é direcionada e a intencionalidade do autor dentro das condições sociais e culturais da época em que fora produzida. É a partir desses fatores que o historiador deve, ao considerar os movimentos literários, coloca-los a prova, dado que estes promovem uma espécie de autoconsagração e criam marcos padronizadores.

Antônio Celso Ferreira (2009) destaca também o entrelaçamento do romance contemporâneo com o conteúdo histórico, sob o pressuposto de que os romances têm basicamente o tempo como a matéria constituinte da sua estrutura narrativa, dado que sua função primeira seria a de contar uma história, o que reforça os laços entre a narrativa histórica e a narrativa literária.

No Brasil, o romance histórico se difunde com José de Alencar a partir da obra *Guerra dos Mascates*, cujo o enredo se caracteriza pela obediência a um modelo genérico no qual a história, com alguma verossimilhança aos fatos e personagens reais, é tida como pano de fundo no qual as ações dos personagens ficcionais ocorrem. No decorrer do século XX, autores como Ernest Hemingway (1899), em *Por quem os sinos dobram?* – Dão uma nova forma a este tipo de conteúdo transpondo para a ficção as mudanças e as tragédias, no caso, da Primeira Guerra mundial.

Não obstante o devido reconhecimento a presença dos traços literários na narrativa histórica e vice-versa, não se pode desprezar aquilo que caracteriza a História enquanto

disciplina, ou seja, seu método científico de produção historiográfica desenvolvido e aprimorado no tempo. Contudo, as representações literárias constituem sempre um universo ficcional, por mais verossímil que seja, assim o papel do historiador deve ser o de confrontá-las com outras fontes, ou seja, outros registros que permitam a contextualização da obra para assim se aproximar dos múltiplos significados da realidade histórica.

Afinal, para o trato das fontes literárias, quais métodos devem ser utilizados? Antônio Celso Ferreira (2009) pontua que não existe dentro da historiografia teorias e conceitos específicos para essa finalidade. Entretanto, tudo começa pela delimitação clara do problema a ser estudado e do porquê a utilização de fontes literárias podem auxiliar na busca por determinadas respostas. Após esta etapa, pode então fazer-se o levantamento de informações pertinentes a contextualização do autor, da obra e do seu papel, a partir de perguntas como:

quem eram os escritores selecionados para a pesquisa, como se relacionavam entre os letrados e com outros segmentos sociais da sua época? Que papéis a literatura e as artes então desempenhavam? Em que realidade social, econômica, política e cultural eles viviam, como e por que se lançaram à criação ficcional? Dentre as disponíveis em seu tempo, a que formas de construção narrativa recorreram e por quê? Que significados atribuíram à literatura e que significados históricos podem ser lidos em suas obras? Que representações do mundo social eles criaram? Que desejos, angústias, utopias ou frustrações expressaram e o que isso tinha a ver com a vida coletiva da época? Que funções seus livros desempenharam na sociedade, como circularam, foram lidos ou apropriados? (FERREIRA, 2009, p.80)

Tais perguntas podem ajudar a nortear a pesquisa. Entretanto, uma problemática não surge do nada, mas sim, muitas vezes como consequência do aporte cultural que o pesquisador carrega, o que deve também ser motivo de reflexão, a partir de perguntas como: “por que quero estudar História com fontes literárias, como concebo a literatura, como minha sociedade a vê?” (FERREIRA, 2009, p.81)

Outro ponto importante assinalado pelo autor, mostra que para a definição do projeto de pesquisa, se faz fundamental o conhecimento daquilo que já foi produzido sobre o tema.

De acordo Celso, pode ser pertinente conhecer e testar alguns conceitos da Teoria literária ao interpretar o conteúdo de um romance, tais como: “foco narrativo, linguagem

metafórica, composição de personagens, tempo e espaço na narrativa, efeitos de verossimilhança” (FERREIRA, 2009, p.81)

Por manter um diálogo com áreas como a História da Literatura e da Arte, o método da História Cultural pode oferecer ótimas possibilidades de se trabalhar com textos literários. Entretanto, o método a ser utilizado será sempre construído pelo pesquisador a partir do contato com seu objeto, tendo como baliza o bom senso. No entanto, deve se levar em consideração que a operação historiográfica se caracteriza pela interpretação de fontes em determinadas contextos sociais, por isso se é possível ler as marcas da sociedade e da cultura no interior dos escritos bem como compreender o significado deles na sociedade.

Os trabalhos de Carlo Ginzburg, em História Cultural apontam para uma interessante concepção, a de que existe uma circularidade cultural que descreve um intenso intercâmbio de ideias, imagens e formas de expressão entre grupos de diferentes classes sociais, entre a cultura letrada e a cultura oral. É na História Cultural que encontra-se a vertente utilizada para analisar *Simá*, vertente esta que visa analisar a forma como as representações

sociais, nacionais, regionais, morais, ideológicas, científicas, religiosas, sexuais ou de gênero e etnia; as visões da cidade e do campo, da natureza e da técnica, do passado e da modernidade, das lutas sociais, do mundo profissional, da riqueza e da miséria, do trabalho e do lazer, da norma e do desvio; as manifestações do imaginário histórico coletivo e da subjetividade de homens e mulheres. (FERREIRA, 2009, p.83)

São cridas nos textos. Tal vertente requer, necessariamente, a interpretação da forma e do conteúdo de uma determinada obra, articulada aos contextos históricos e sociais. Entretanto, é digno de nota que, para o trato da fonte literária, Antônio Celso Ferreira aponta que a despeito do assunto escolhido pelo pesquisador, exige-se deste uma forma especial de sensibilidade, tal qual só é alcançável por aqueles que gostam de ler esses tipos de escritos.

2.2. NOTAS SOBRE O AUTOR

Lourenço da Silva Araújo Amazonas nasceu na Bahia em 4 de maio de 1803 e faleceu em 1864. Foi Oficial da Marinha Imperial, exerceu a função de Capitão Tenente na Armada e de Intendente da Comarca do Amazonas, onde passa a maior parte de sua vida e carreira. Como pesquisador/sócio do Instituto Brasileiro de Geografia Histórica, publicou em 1852 o Dicionário de Topográfico, Histórico e Descritivo da Comarca do

Alto Amazônia, no qual documentou mais de 200 registros de povos indígenas do período da ocupação Grão-Pará e do Alto Amazonas, e mais tarde a Amazônia. Denunciou o desaparecimento gradual de grupos inteiros na Amazônia ao longo do século XIX. Sua experiência de ser etnógrafo foi central na construção de *Simá* e para a construção da oposição à imagem do “bom selvagem” que dominou as representações dos povos indígenas na tradição romântica brasileira.⁵

3. IRACEMA OU SIMÁ?

Ao analisar *Iracema*⁶, de José de Alencar, Janine Ribeiro (2006) pontua que a finalidade do romance indianista alencariano seria a de responder sobre como nasceu um povo mestiço, brasileiro, cujo autor o faz utilizando dois elementos da tríplice relação civilizacional que produz o povo brasileiro, no caso, o elemento racial do descobridor português e o do guerreiro nativo, descartando o elemento negro por, segundo Janine, suposta falta de nobreza

Isto posto, a busca pelas raízes da identidade nacional tem por essência a necessidade de se legitimar. Para desvelar os elementos pertinentes a legitimidade da narrativa de Alencar, o escritor traça, então, os elementos que o romancista usa em sua obra para representar aquilo que acredita ser a simbiose da identidade brasileira, deste modo Janine destaca que os dons de *Iracema*, os segredos, o sacerdócio, e os aspectos constituintes do seu ser, representam a alma do mundo ameríndio, assim, na medida em que o português conquista a bela indígena, simbolicamente Alencar refere-se a conquista da terra, mas antes da mulher e da sua alma, e por fim, dos homens.

No caso de *Simá*, a relação entre o elemento europeu e o indígena é mais explicitamente traumática e violenta. *Simá* não é o meio pelo qual a identidade amazônica é produzida, como em *Iracema*, mas sim, a síntese de uma simbiose. Fruto de um estupro (metáfora ao contato com o homem branco), portanto, o meio, ocorrido dentro de uma trama para assaltar Marcos, indígena destribalizado dos Manaus, cometido por Regis, regatão português que personifica o elemento lusitano no processo de colonização da Amazônia (equivalente a Martin, representação alencariana), que entorpece Marcos, em seu Sítio Novo Remanso colocando ópio no vinho que servia ao velho comerciante e a

⁵ Acerca das informações sobre o autor de *Simá*, conferir o trabalho de PEREIRA, Danglei da Castro. Representação literária do Indígena no romantismo brasileiro: O caso de *Simá*, de Lourenço Amazonas. Brasília: Universidade de Brasília – UNB. 2020.

⁶ Alencar, J. *Iracema*. São Paulo. Editora melhoramentos. 1ª edição digital, 2015.

sua filha Delphina. Esta, que ao adormecer é estuprada e emprenhada pelo regatão que, após o ato e antes de saquear o sítio, põe em seu pescoço um colar de ouro.

Após a ocorrida tragédia, Marcos e sua filha Delphina tacam fogo em sua propriedade deixando a região do Solimões e partindo de volta para a região do Rio Negro onde Marcos troca de nome e passa a se chamar Severo, onde também Delphina, após conceber Simá, falece de tristeza.

A primeira aparição de Simá no romance acontece dez anos após a sua trágica concepção. Seu avô a cria sob os costumes dos Manaus não deixando de legar a menina mameluca a fé católica, o que exprime a distinta característica do povo amazônico, o entrelaçamento entre os costumes dos povos indígenas com a fé Católica legada a região por meio da ação missionária. Deste modo, Simá, a personagem, surge no romance numa manhã de quinta-feira santa em uma igarité, “vestida de ponto em branco, trazendo na cabeça preso a uma capela de flores brancas um véu da mesma cor: do que pouco custa concluir, que vinha fazer sua primeira comunhão” (AMAZONAS, 2011, p.47).

Deste modo, a representação que Lourenço Amazonas traça acerca da construção da identidade Amazônia como elemento constituinte da identidade nacional é mais cruenta, sendo uma conquista não através do amor romântico, mas do fruto do roubo de seus bens, da violência como proveito da inocência (dado que Regis usa sua aparência distinta para seduzir Delphina), dos vícios (dado que Regis toca na suscetibilidade ao álcool comum aos indígenas), e do estupro, cujo preambulo gera um novo ser, mameluco, com traços indígenas e a fé na Santíssima Trindade.

Janine (2006), analisando o romance *Iracema*, de José de Alencar, por sinal, destaca as questões existenciais dos personagens da trama a partir de suas cosmovisões. O sofrimento que Iracema, a personagem, sofrera, era o de sentir-se traidora para com a sua etnia originária. Já Martim, sofria por sua consciência cristã que o acusava pela ação de unir-se a uma mulher sem os sacramentos cristãos, mas, sofrera também por saudades da Europa e da sua noiva portuguesa, contrastando estes sentimentos com os amores ardentes da virgem tabajara.

Entretanto, no que diz respeito a questão de identidade, somente Iracema, a personagem, enfrenta efetivamente esta questão posto que se sente uma traidora, sendo ela a portadora da sobrevivência e do sucesso de seu povo, que renegou os votos atados em sua virgindade ao seu deus, indo viver com quem armava a sua dominação. Mesmo

consciente de que seu destino será a eminente morte, Iracema faz todos os sacrifícios necessários para se entregar a Martim. Essa morte, porém, não é apenas sua, é a de seu povo, a de sua identidade. De todo modo, para essas dores desiguais a saída estará em morrer o elo mais fraco. Iracema não pode suportar a situação de constituir-se como elemento terminal de sua etnia.

No romance *Simá*, o elemento indígena não é posto como traidor, como quem escolhe de forma voluntária abandonar seu povo, seus dons, a relação como sua natureza para se entregar ao seu algoz conquistador. Mas, como vítima, forçada pela violência a relacionar-se como o invasor europeu. Este que o faz, não por amor, como o fez Martin, mas por malícia e ganância.

A visão alencariana dessa relação visa, em alguma medida, legitimar a conquista apartando desse processo o seu conteúdo trágico, na personificação de Martin, o europeu cristão, casto que reluta em se relacionar com a virgem tabajara. E em *Iracema*, a portadora dos segredos de Tupã, como alusão que escolhe se entregar. Nada mais diferente da realidade histórica do processo de colonização da Amazônia. Por isso que, mais uma vez, Lourenço, mas do que Alencar, retrata a realidade histórica na personificação de seus personagens. Sendo Regis o destruidor da vida e dos bens dos povos nativos, enquanto Delphina, a vítima indefesa.

No ensaio *Iracema ou a fundação do Brasil*, Janine Ribeiro (2006) pontua que, ao indígena cabe um papel de caráter subalterno, que no caso extremo do encontro das culturas na fundação do Brasil, a relação entre o português e a índia, a morte dela decorre deste papel, figurando a morte dos tabajaras. E é essa morte que, coincidindo com o nascimento de Moacir, o "filho do sofrimento", legitima a ocupação do solo pelo europeu.

Na obra de Lourenço Amazonas (2011), o elemento trágico da morte do elo indígena também se faz presente, em Delfina, que morre de tristeza, na destribalização de Marcos ao se renomear como Severo⁷ (morte simbólica a partir da perda da identidade pela mudança de nome), e a morte mesma de Simá, decorrente das ações de Regis.

Entretanto, diferente da narrativa alencariana, dentro de uma estrutura tragédia o elemento português também morre, Régis que inclusive apaixona-se por Simá e a propõe união, desconhecendo a sua paternidade, sendo recusado pela bela mameluca que se

⁷ Amazonas, 2011, p. 97.

entrega, então, a Domingos de Dari, a quem era prometida e que representa na história o contraponto a representação da moral corrompida do elemento europeu em Régis e, em muitos casos, em Loiola.

Deste modo, a morte no livro de Lourenço Amazonas também constrói simbolicamente a questão da identidade: o elemento português representado por Régis, o indígena por Simá e o destribalizado por Severo, e o religioso representado pela Igreja Católica (que simboliza acima de tudo a ação missionária da região), se fundem – morrem –, no calor do incêndio, no correr de uma revolta por independência, que acontece dentro de um processo constituído por uma série de revoltas que trazem como ponto comum a luta armada entre colonos e povos indígenas que ocupavam a região do Alto Amazonas no século XVIII, encerrando um trama que apresenta a partir do processo de ocupação territorial da região supracitada uma teia complexa de relações entre os elementos étnicos que constituem tal processo.

Para Janine Ribeiro (2006), constituir a nacionalidade a partir de um luto tem a ver com a ideia de criar uma suposta plenitude anterior, intensificando-a pela perda. Ponto que os dois autores confluem de modo que tanto *Iracema* quanto *Simá* pode ser alegorias “fadada que está nossa natureza à posse pelo inimigo, à ocupação, à devastação” (RIBEIRO, 2006, p.59)

Entretanto, enquanto *Iracema* sobreviverá na semente que deixa em Moacir, cujo pai português sobrevive, para sustentar no primeiro cearense a legitimidade de sua conquista, *Simá* é “a própria semente”, criada por seu avô destribalizado que a insere na fé europeia, fazendo-a inclusive catequista. De qualquer modo, a despeito das características dos personagens de José de Alencar e Lourenço Amazonas, o ameríndio morre sempre, metaforicamente abrindo-lhes o território, legando-nos o resultado de todas essas relações.

Deste modo, de acordo com Janine Ribeiro (2006, p.63):

Somos, sobretudo, um legado. Sabemos lidar com os bens, o patrimônio que nos deixou. Com o mal que dela nos ficou, a perda que tivemos, a ausência da mãe primeira, ainda não aprendemos a tratar. Ficou a dor, essa, inexpiável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS⁸

Lourenço Amazonas com sua obra indianista toca na temática da busca pela identidade da região amazônica enquanto elemento constituinte da identidade nacional se inserindo na tradição das narrativas indianistas do Romantismo brasileiro, que com sua obra de 1857, ainda que desconhecido, é um de seus precursores, os quais se propuseram a refletir acerca da construção da identidade nacional. Por meio da metáfora do entrechoque dos mundos, de modo cruento, crítico, radical e sem a leniência de Alencar que, em alguma medida, tentou legitimar a violência da colonização.

Deste modo, Lourenço Amazonas nos convida a refletir acerca da forma traumática e violenta que se materializa a colonização na Amazônia e a relação trágica entre os europeus e os povos autóctones. Considero *Simá*, obra indispensável quando se deseja inserir-se no contexto romântico brasileiro, por sua qualidade e pela forma que aborda a questão identitária característica do período literário.

No que concerne a questão identitária, vale dizer que se José de Alencar utiliza *Iracema* (anagrama de América) para representar o enlace entre a indígena e o europeu como uma síntese da identidade nacional brasileira (mesmo que o romance tenha sido ambientado no Ceará).

Com *Simá*, Lourenço Amazonas traz à baila a problemática do genocídio, físico e simbólico. Fruto de um estupro *Simá* representa, não uma síntese identitária, mas o produto de um ato violento que acabou por inaugurar uma identidade fragmentada, fraturada, ambígua: a identidade amazônica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIA

FONTES

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. *Simá – Romance Histórico do Alto Amazonas*. Organização: Tenório Telles. 3ª edição – Manaus: Editora Valer, 2011

⁸ O desenvolvimento do trabalho requereu bastante leitura tanto teóricas quanto em obras de outros autores, sobretudo no que diz respeito a formulação do referencial teórico. Buscou-se ainda, aporte literário interpretativo de obras semelhantes a *Simá*, chegando então ao trabalho de Janine Ribeiro sobre *Iracema* de José de Alencar. Portanto, a leitura da obra se fez de modo dificultoso e um tanto quanto enfadonho, dado que seu autor prolonga demais as descrições das paisagens e de elemento importantes, mas periféricos a temática central.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, J. *Iracema*. São Paulo. Editora melhoramentos. 1ª edição digital, 2015.

BLOCH, Marc, *Apologia da História ou O Ofício do Historiador* / Marc Bloch – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2002.

FERREIRA, Antônio Celso. “Literatura: A fonte fecunda”. In.: PINSK, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de. (orgs.). *O Historiador e suas fontes*. – São Paulo: Contexto, 2009)

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e história*; tradução Frederico Carotti. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*; tradução Maria Betânia Amoroso ; tradução dos poemas Jose Paulo Paes ; revisão técnica Hilário Franco Jr. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PEREIRA, Danglei da Castro. *Representação literária do Indígena no romantismo brasileiro: O caso de Simá, de Lourenço Amazonas*. Brasília: Universidade de Brasília – UNB. 2020.

RIBEIRO, Renato Janine. “Iracema ou a fundação do Brasil”. In.: _____ . *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.